

Artigo / Article

Bahia heterográfica

Heterographic Bahia

Patrícia Andréa Borges 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

pattyaborges@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3803-4567>

Recebido em: 08/08/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

Antes da estabilização ortográfica ocorrida no século XX, o topônimo *Bahia* teve, pelo menos, oito heterografias comprovadas; neste texto, serão apresentadas mais três grafias menos recorrentes encontradas no Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), em documentos entre os séculos XVI e XVIII. O presente artigo discutirá algumas reflexões de gramáticos, ortógrafos e teóricos que escreveram sobre o assunto à época em que o topônimo foi grafado, com a finalidade de propor algumas hipóteses linguísticas que circulavam no período em que os documentos foram escritos. Para tanto, o texto apresenta brevemente o pensamento ortográfico em circulação nos fragmentos de documentos para as letras <h>, <j> e <i>, mais precisamente no que se refere à grafia do topônimo, contemplando também uma visão panorâmica do pensamento linguístico envolvido nas escolhas ortográficas adotadas nos séculos aqui apresentados, remetendo às formas linguísticas que possuem a mesma pronúncia, mas escritas e significados diferentes.

Palavras-chave: Linguística histórica • História da ortografia • Topônimo • Bahia • DHPB

Abstract

Before orthographic stabilization in the 20th century, there were at least eight attested heterographies for the toponym *Bahia*. Additionally, this text presents three less common spellings found in the Historical Dictionary of Brazilian Portuguese (*Dicionário Histórico do Português do Brasil* – DHPB) in documents from the 16th to 18th centuries. The paper discusses some reflections of grammarians, orthographers, and theorists writing on the subject at the time the toponym was written, to propose some linguistic hypotheses that were in

circulation at the time the documents were written. To this end, the text briefly presents the orthographic understanding that circulates in the document fragments regarding the letters <h>, <j> and <i>. More precisely, it focuses on the spelling of the toponym and provides an overview of the linguistic considerations that went into the orthographic decisions of the centuries presented, with reference to the linguistic forms that have the same pronunciation but different spellings and meanings.

Keywords: Historical linguistics • History of orthography • Toponym • Bahia • DHPB

Introdução

A partir do século XVI, início do processo de gramatização da Língua Portuguesa, os autores estão interessados em descrever a língua e seus processos de pronúncia e escrita. É uma fase de consolidação da língua vernacular em Portugal, que surgiu a partir do latim vulgar, para o *status* de língua escrita que vai substituindo o latim nas chancelarias reais, por exemplo. Era um momento primevo de identificação e identidade da língua com “o ilustre peito Lusitano”. A pluralidade de grafias era reflexo da história de formação do Reino de Portugal, cujo reinado virara um Império em expansão com as navegações e, com isso, a difusão da língua portuguesa já estava em quatro continentes (Europa, África, Ásia e América). A língua era um instrumento revolucionário de difusão e dominação do império português e precisava estar ancorada em uma tecnologia que a solidificasse, tal qual o império romano e sua Língua Latina (CARDEIRA, 2006).

Essa difusão trouxe consigo outra parte do processo de espalhamento da língua: a normatização e a padronização. Muito além de descrever, passa-se a ter necessidade de prescrever como os novos consumidores da língua deveriam usá-la; logo, entre os séculos XVIII e XIX há uma profusão de gramáticas para aquele novo nicho de mercado. A recém intitulada classe *burguesa* queria aprender a língua da corte para também apreender poder cultural¹. Essa condição atrelada a uma vertente ortográfica que foi denominada no Século XX de pseudoetimológica, quando os teóricos da língua passaram a buscar uma raiz latina para algumas palavras, sucedeu-se que a nossa *Bahia* tivesse um <h> que teoricamente seria herança do latim².

As diferentes grafias do topônimo estão relacionadas não só com a ortografia pseudoetimológica (caso do <h> e do <j> semiconsoante herdado do latim) como também com os diferentes entendimentos para o uso do <i> (<y>, <i> e <j>), o que remete às heterografias

¹ Para apreender melhor o contexto sócio-histórico e econômico em que se dá o aumento de alfabetização e leitura na ascensão cultural do período, conferir as leituras Elias (1994, 2004), Eisenstein (1998), Auroux (2001), Burke (2004), Kemenade e Los (2006), Chartier e Feist (2009), Hernández Campoy e Conde Silvestre (2012) e Rutten et al. (2014).

² Ver Gonçalves (1998, 2003).

que serão apresentadas aqui. Para tanto, como o primeiro texto sobre ortografia escrito por um brasileiro³ só ocorre no início do século XIX, já que a imprensa foi proibida na colônia até 1808 (GOMES, 2013, p. 67). Sendo assim, as referências de ortógrafos e gramáticos abordados neste artigo são todos referentes ao Português Europeu (PE).

Este texto apresenta brevemente três grafias de Bahia⁴ e traz os argumentos possíveis para que possamos entender como e por que elas ocorrem dentro do seu contexto histórico. Para essa finalidade, nosso texto está dividido da seguinte forma: uma apresentação sobre as ortografias que surgiram desde o século XVI até o XVIII e, nos tópicos seguintes trataremos particularmente das três grafias menos frequentes encontradas no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB)⁵: *Bahja*, *Bahía* e *Baja*; e o pensamento linguístico ortográfico que permeia as escolhas das letras <h>, <j> e <î> na época em que os documentos foram escritos.

Este artigo se faz pertinente para este volume comemorativo dos 85 anos dos estudos toponímicos na Universidade de São Paulo, pois trata de assunto caro à toponímia memorial, principalmente no que se refere à tradição da análise linguística de nomes geográficos (GAMMELTOFT, 2016, p. 503), enfatizando o processo ortográfico, no qual “[...] a convenção linguística estabelecida é uma abstração do uso da linguagem” (VAN LANGENDONCK; VAN DE VELDE, 2016, p. 19). O nome [geográfico] tem forte natureza histórica e é ancorado no tempo (COATES, 2016) e na história social, política e econômica da sociedade que ele representa. Em virtude desse amálgama de teorias em que a Toponímia e a Linguística Histórica se encontram neste objeto de pesquisa, para o qual mobilizaremos a ortografia como parte do processo constitutivo do topônimo *Bahia*.

É propósito deste texto dialogar com o conceito de topônimo-monumento e o combate ao apagamento toponímico, conforme preconiza Carvalhinhos (2022). Entender os processos pelos quais passam a manutenção da ortografia toponímica que no caso do Estado da Bahia resultou em um inédito Decreto Estadual baiano, o qual objetivava salvaguardar a grafia do topônimo de acordo com a sua história, desde a fundação do Brasil e com a intenção de manter a identidade da sociedade baiana. Em decorrência desta legislação estadual é que se cria a exceção ao Formulário Ortográfico nº 42 de agosto de 1943, impossibilitando a alteração da grafia do topônimo e o exemplo a ser citado por qualquer cidade que deseja preservar ou resgatar sua identidade ortográfica⁶.

³ Moraes Silva (1806).

⁴ As grafias apresentadas neste artigo não foram contempladas na dissertação de Borges (2020).

⁵ Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/>.

⁶ Toda a discussão sobre a salvaguarda ortográfica do topônimo Bahia e de outras cidades que a usam como exemplo está em Borges (2020).

1 Bahia: a manutenção ortográfica de um topônimo

Pensando na história do topônimo (FELLOWS-JENSEN, 2016), o primeiro a nomear o que veio a ser Bahia foi Américo Vespúcio⁷, a partir da forma de relevo (TIRADENTES, 2021) que podia ser grafado de formas diversas: como bahia, baya, baía e baia, dependendo de quem fez a tradução do termo diretamente do italiano para outras línguas (AMADO; FIGUEIREDO, 2001, p. 345), por ocasião do *achamento* do Brasil, com a finalidade de difundir as notícias da incursão portuguesa pelo Novo Mundo. Não há concordância na gênese da nomeação também: há livros de história que datam como 1501 e historiadores que, a partir de manuscritos, colocam a data de nomeação para 1º de novembro de 1503 (VESPUCCI; BUENO, 2003), acrescentando ao termo *Bahia* o adjunto adnominal *de todos os Santos* por ser uma data comemorativa da Igreja Católica.

O Quadro 1 a seguir mostra as oito heterografias que coexistiram entre os séculos XV e XIX, conforme os documentos do DHPB⁸. Dois fatos parecem ser importantes: no século XV a palavra aparece apenas duas vezes, justamente na Carta de Pero Vaz de Caminha, descrevendo paisagens do que seria posteriormente denominado de *Brasil* e, no século XIX, com o advento do início da normatização e padronização, as diversas grafias se tornam *incorretas*, permanecendo o topônimo grafado com <h>.

Quadro 1. Heterografias de “Bahia” do Século XV ao XIX

FORMA	FREQUÊNCIA POR SÉCULO						FREQ
	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	ND	
Bahia	0	781	1.615	3.101	625	19	6.141
Bahya	0	10	15	450	0	10	485
Bahja	0	1	3	12	0	2	18
Bahía	0	0	0	40	0	0	40
Baya	2 ⁹	183	37	1	1	0	224
Baia	0	36	35	11	0	0	82
Baja	0	8	4	0	0	0	12
Baía	0	272	125	224	0	0	621

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Os dados apresentados dão o panorama geral de como era a grafia de Bahia em cinco séculos. O que se percebe é que Bahia, com a letra <h> é predominante em todo o período, por isso, em 1943, Pedro Calmon reivindica que a grafia do Estado permaneça com a letra <h>. Considerando que o Formulário Ortográfico nº 42 de 1943 tenha deliberado por alteração da

⁷ Amerigo Vespucci era italiano.

⁸ “O corpus do Dicionário Histórico do Português do Brasil é composto por 3.349 arquivos de texto, 11.133.739 itens e 249.372 formas”. Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/?p=corpusinfo#corpusinfo>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁹ De acordo com o DHPB, as duas ocorrências de *baya* do Século XV, que estão na *Carta de Achamento do Brasil*, datada de 1º de maio de 1500, são do acidente geográfico, já que o topônimo ainda não existia.

norma vigente, o argumento do acadêmico é o topônimo ser “de tradição histórica e secular” (BORGES, 2020, p. 81) e, em virtude disso, não deve ter sua ortografia alterada.

Em vista disso, ampliando os dados da dissertação de Borges (2020) e, com apoio no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), apresentamos, no Quadro 2, mais três variações: *Bahja*, *Bahia* e *Baja*, com referência ao topônimo.

Quadro 2. Frequência no *corpus* do DHPB

FORMA	FREQUÊNCIA NO <i>CORPUS</i>
Bahja	18
Bahia	40
Baja	12

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Por serem ocorrências de menores frequências, faremos uma breve exposição dos motivos pelos quais essas grafias aparecem em documentos do período.

Salienta-se, novamente, que os ortógrafos e gramáticos mobilizados para esta discussão são portugueses, pois era na metrópole da colônia que se propagava o pensamento metalinguístico sobre a Língua Portuguesa. Os autores abordados, de acordo com a cronologia, são: Fernão de Oliveira (1536), Pero de Magalhães Gandavo (1574), Duarte Nunes de Leão (1576), João de Moraes Madureira Feijó (1734), Luís Caetano de Lima (1736), Luís António Verney (1746), Frei Luís do Monte Carmelo (1767), Jeronimo Soares Barbosa (1822) e Bernardo de Lima e Melo Bacellar (1783). Os comentadores abordados são Antenor Nascentes (1964) e Maria Filomena Gonçalves (1991, 1998 e 2003).

2 Bahia: Ortografia dessemelhante¹⁰

2.1 Baja

O Quadro 3, a seguir, apresenta a grafia *Baja*, considerando o <j> como aquele <i> semiconsoante do latim vulgar, que é transplantado para o português, tal como descrevem os ortógrafos: Fernão de Oliveira (1536), Pero de Magalhães Gandavo¹¹ (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), autores que estão inseridos no período (séc. XVI) em que as palavras aparecem nos documentos do *corpus* do DHPB.

¹⁰ Referência ao poema “Triste Bahia!” (MATOS, 1998).

¹¹ Gândavo ou Gandavo? Esta discussão está feita em Assunção *et al.* (2019, p. XII-XIII).

Quadro 3. Grafia da palavra *Baja* (grafias de documentos dos séculos XVI e XVII)

Nº	SÉC.	CONTEXTO
1	XVI	q ' emformados de quem tinha pouca noticia dellas q ' muitos ha na <i>baja</i> q ' ha 30 annos q ' não sairão dahi nem sabem cousa do
2	XVI	pedê outro lu gar mais largo entre as quais foi a pr [^] a tomarem Na <i>baja</i> tres Naos framceses e destruirem m [^] to gentio cõ quem tinhaõ guerras. No Rio
3	XVI	corpo e sempre leuaõ a melhor dos framcezes e ingrezes como quando foraõ a <i>baja</i> lhes tomaraõ alguns 80. e dos indios sos omze morreraõ e assim os temem
4	XVI	ou menos segundo minha lembrança. paraiba a tera tamaraca pernambuco tẽ duas vilas <i>baja</i> tem duas vilas Ilheos porto seguro spii sancto 2 vilas Rio de Jan [^] ro S.
5	XVI	Jan [^] ro e pernambuco ã sinam os nossos a ler e escreuer latim, na <i>baja</i> ha duas clases de humani dade huã de artes, e theologia e casos
6	XVI	o botam na arca sã Na arca sem o cõtar Auia na Cidade da <i>baja</i> 12. aldeas de indios e a q ' menos gête tinha eraõ 2 mil
7	XVI	8 especias de bogios de cheiros q ' chamaõ Caj çagui Os saguis da <i>baja</i> saõ piquenos como doninhas e pardos mas o focinho como de bogio ha hũs
8	XVI	huã mea calca de hũ Jngres e foi q ' jndo ahi ãgrezes a <i>baja</i> huã nossa embarçaõ aRemeteo a huã sua lancha e a meteo no fũdo e
9	XVII	a sua uontade. Nosso Senhor a Catholica pessoa de V. Mag. [^] de guarde da <i>Baja</i> em 22 de Abril 609. — dom diogo de meneses " Arquivo Nacional
10	XVII	ao seruiço de V. Mag. [^] de cuja Catholica pessoa nosso Senhor guarde etc. da <i>Baja</i> em 20 de janeiro de 1610 — dõ di. [^] o de meneses " Arquivo Nacional
11	XVII	de baros No verso: Antonio Cardoso de Bairos da cjdade de salvador da <i>baja</i> de todos os Santos. — Abril — Anno 551. Sobrescripto: +
12	XVII	a sua uontade. nosso sennõr a Catholica p. [^] a de v mag. [^] de g. [^] de da <i>Baja</i> Em 22. de Abril 609. dõ di. [^] o de meneses Nas costas: Do Brazil

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Destaque para os contextos apresentados em 2, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 12 que são referências ao topônimo, com ênfase nas apresentações que constam nos números 6 (*Cidade da baja*) e 11 (*cidade de salvador da baja de todos os santos*¹²).

Para iniciar a discussão ortográfica, apresentamos a definição da letra <j> por Antenor Nascentes (1964):

J — Esta letra não existia no alfabeto latino.

Representa a consonantização do i semiconsoante do latim vulgar. Foi criada pelo humanista francês Ramus (Pierre La Ramée, 1515-72) em sua gramática latina

¹² Consideramos *cidade da* (6) e *cidade de* (11) como apostos explicativos e, como dito anteriormente, *de todos os santos* (11), adjunto adnominal. Na estrutura do sintagma toponímico esse elemento é o genérico.

(1559), razão pela qual é chamada letra ramista. Seu nome vem do grego **iôta**, através do latim **iota** por via erudita. (NASCENTES, 1964, p. 117, grifos do original).

Fernão de Oliveira (1536), na “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, escreve que o <j> tem uma pronúncia mais longa e semelhante à do <i>. Pero de Magalhães Gandavo (1574) explica que a letra <j> aparece como uma variação estilística da vogal <i> e como uma das três formas de se escrevê-la. Detalha, ainda:

Esta letra I, se ha de escrever de três maneiras, & cada hũa se ha de vsar nas partes onde for necessário, convemasaber, j, comprido, y, grego, i, pequeno. Deste j comprido se vsará quando servir de consoante, quer em principio de dição, quer em meyo, assicomo, jornada, sobeja, etc. (GANDAVO, 1574)¹³.

Duarte Nunes de Leão (1576) também incorpora o <j> ao <i>:

Outro soido lhe damos improprio, quando he consoante, que he falso, & alheo da natureza desta letra, o qual he común a .g. da maneira que nos pronunciamos com e.i ã eh hũa pronunciação Mourisca, tam alhea da propriedade do .g. como do .i. Porque dizemos: janella, jejum, joanne, justiça. Em as quaes palauas, não sentimos na pronúciação algũa semelhança do .i. consoante dos Latinos: o qual teem soido, que veemos nestas palauas, Troia, Mayo. (LEÃO, 1576, p. 9).

Nos séculos XVI e XVII, o <i> e o <j> estão disputando o mesmo espaço ortográfico, mas nos séculos XVII e XVIII, a disputa passa a ser entre o <g> e o <j>. Portanto, ortógrafos e gramáticos abandonam a discussão de som mais vocálico ou consonantal, para se apoderarem da contenda que estabiliza o <j> (*jovem, já*) na fricativa palatal /ʒ/ na disputa com o <g>, diante de <e> e <i>.

2.2 Bahja

A segunda grafia analisada por este texto é *Bahja*, predominante nos séculos XVII e XVIII. Tratamos brevemente do motivo pelo qual o <j> era usado como <i> e, no Quadro 4 a seguir, abordaremos a grafia do topônimo com o <h>.

Quadro 4. Grafia da palavra *Bahja* (grafias de documentos dos séculos XVI ao XVIII)

Nº	SÉC.	CONTEXTO
1	XVIII	este confery consertej sobscrey E asinej na <i>Bahja</i> aos vinte e quatro de feu.^ro de mil e sete centos e seis E
2	X?	Noso Padre frey Ignacio de São Bento prellado deste Mosteyro de São Bento da <i>bahja</i> por esta por Nos feita e assignada damos Poder ao reverendo Padre frey Pedro
3	X?	e o sobscrey e asigney e Consertej com o official comigo abaixo assignado na <i>Bahja</i> em doze dias do mes de Agosto de mil e seis sentos e quarenta

¹³ Sempre que possível será mantida a grafia do texto original.

4	XVIII	Cada hum em particullar expriçial mente a todas as justissas desta Sidade do Saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos o de sseos termos cada hum em ssua jurdissam fasso
5	XVIII	aos quinze dias do mes de majo do dito anno nesta Sidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os ssantos e passos da rellação em publica audi.nssia que o ouuidor
6	XVIII	partes de hum Como Autores o mosteiro do patriarrca Sam Bento desta Çidade da <i>Bahja</i> contra o administrador da Capella de Sam Pedro reo da outra esto Sobre e
7	XVIII	e Sua molher, Soares o mais que por sua morte digo Sua parte <i>Bahja</i> onze de Abril de mil e Seis Sentos e sendo dada o dito digo
8	XVIII	de presquisam com que heram mando que os autos Contrariem athe a primeira audiencia <i>Bahja</i> o primeiro de julho de seis Sentos e Sincoenta e seis Soares e sendo
9	XVIII	Nomeio por ouuidor geral do Çiuel nesta Cauza ao Doutor Bento de Barros Bezerra <i>Bahja</i> quatorze de julho de Seis Sentos e outenta e hum Rubriqua do governador e
10	XVIII	mandam liquidar pera arbitrarem e declararem Com mais fundamento e Certeza e Seu redimento <i>Bahja</i> uinte e noue de outubro de Seis Sentos e outenta e hum Bezerra;
11	XVIII	aos Seiz Diaz do mes de Abril do dito Anno nesta Çidade do Saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e pouzadas de mim Taballiaô Aodiante nomeado apareceram a esto
12	XVIII	quitaçam em forma que tudo haueremos por bem e pera tudo lhe damos poderes <i>Bahja</i> e outubro Vinte e tres de seis Sentos e nouenta e oito, Donna
13	XVIII	Pedro Cardozo de Mello Taballiam publico do judiciãl e notas nesta Çidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e seus termos no offiçio de que he proprietario Antonio
14	XVIII	Luis Correa de Magalhais Taballiam publico do Judicial e notas nesta Çidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e seus Termos a que fis Treslladar bem e fielmente
15	XVI	sa do conselho dell Rej nosso sennhor e capitão da cidade do salluador da <i>bahja</i> de todollos santos governador geral de todallas capitanzas e teras de toda esta costa
16	XVII	dous dias do mes de septembro do ditto anno, nesta Cidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os sanctos nos pacos de S. Mag [^] de aonde se aiuntaram o s [^] or
17	XVII	suposto ha mais Capitancias a que chamaõ do sul do spirito sancto athe a <i>Bahja</i> Cabeça deste Estado e de donde se deuidem huãs Capitancias para o norte e
18	XVII	que estam nestas Capitancias, E que as maes do spirito sancto para esta <i>Bahja</i> ainda que seiam do sul lhe nam tocam, nem fica obrigado a ellas

Fonte: Elaboração própria. Corpus DHPB (2021).

A grafia *Bahja* aparece em todos os 18 fragmentos de texto e não havia, nos documentos mais antigos, uma regra para a escrita dos nomes de lugares com letra inicial maiúscula, por isso podemos ver, nos trechos 2 e 15 a grafia com letra inicial minúscula (HARVALÍK, 2012, p. 15).

No caso de *Bahja*, o <h> também servirá como um separador de vogais, como chamou atenção primeiramente Madureira Feijó (1734), mas quem o descreve como um “<h> anti-hiático” é Luís Caetano de Lima (1736), conforme aponta Gonçalves (1991, p. 267). A análise

LINHA D'ÁGUA

se encerra com o Frei do Monte Carmelo (1767), para o qual Gonçalves (1998, p. 124) explica que a letra chega à grafia como uma aspiração herdada do latim¹⁴. É possível compreendê-la como uma “memória gráfica” na palavra ou uma “memória artificial” que pode ser definida como um “artifício da introdução latinizante à língua vernacular que produziu a pseudoetimologia no léxico da língua” (BORGES, 2020, p. 104); e conclui que para Carmelo, o <h> tem “[...] valor de diacrítico e anti-hiático entre vogais heterossilábicas” (GONÇALVES, 2003, p. 132). A autora, no capítulo denominado de “Diacríticos”, reitera:

Sem aludir ao uso diacrítico do “h” de forma directa, João Pinheiro Freire da Cunha adopta-o, todavia, nas listas de exemplos, de onde saíram *Recahir, Retrahir, Sahir, Bahía, Ahi, Dahi, Bahú*. (GONÇALVES, 2003, p. 157, grifos do original).

A mesma ideia de artifício pseudoetimológico latinizante na língua portuguesa está presente em Barbosa (1822) que ressalta com os exemplos de “Baía, Baú”, não entendendo o motivo pelo qual se escreve “Bahia, Bahú”¹⁵, já que estas palavras não são de origem latina (BARBOSA, 1822, p. 71). Ou seja, o autor, que era adepto da ortografia *sónica*, faz uma crítica à eterna busca de alguns gramáticos e ortógrafos de sua época pela etimologia latina.

É interessante perceber que a discussão entre os gramáticos sai do aspecto prosódico e diacrítico do <h> aspirado para o não aspirado passando para uma explicação de aspecto mais formal e normativo da língua: a letra é um elemento “anti-hiático”, ou seja, ela é necessária na grafia das palavras e passa a ter uma explicação concreta para sua manutenção. A explicação ultrapassa a linha da pseudoetimologia e atinge a ciência, a materialidade da língua, efetivamente. Há um movimento das ideias linguísticas no período (GONÇALVES, 1998, 2003). que leva o pensamento àquela etapa da discussão: a permanência do <h> em algumas palavras é de ordem gramatical e tem uma função na língua que é a de separar vogais.

2.3 Bahía

A última grafia a ser apresentada neste texto e também com maior incidência (40 fragmentos) será a de *Bahía* que, ao contrário das outras que foram brevemente tratadas aqui, foi dicionarizada por Raphael Bluteau (1712) e todas as referências da palavra no *corpus* do DHPB (2021) são do século XVIII:

BAHIA. Bahía. Porto de mar, muito mais largo por dentro, que na entrada, à diferença das enseadas, que são mais largas na entrada, que por dentro. *Sinus, ús, Masc.* (BLUTEAU, 1712, grifos em itálico do original).

A *Bahía* de Bluteau não é o topônimo, mas a forma de relevo. Todavia, por terem a mesma forma gráfica, estendeu-se àqueles que se referiam ao topônimo, como pode ser visto no Quadro 5 nos fragmentos disponibilizados pelo DHPB (2021):

¹⁴ Essa aspiração do <h> ocorria no grego antigo e acaba sendo levada à língua latina.

¹⁵ Discussão completa em Borges (2020).

Quadro 5. Grafia da palavra *Bahia* (grafia de documentos do século XVIII)

N	SÉC.	CONTEXTO
1	XVIII	suas virtudes, e pelo Seminario de Belém, que edificou no reconcavo da <i>Bahia</i> : elle collocou a Santa n'outra Capella maior, que com esmolos dos fieis
2	XVIII	o Irmaõ Minifstro pór Noviços, & os Noviços, q̃ forem filhos da <i>Bahia</i> , os porã em o Convento de Iguarafsû, & os q̃ forem filhos
3	XVIII	. Ordenamos que em o Convento de noffo Padre S. Francifco da Cidade da <i>Bahia</i> , & no de N. Senhora das Neves da Cidade de Olinda haja actualmente
4	XVIII	pulpito, & vinte & linco de habito, falvo morando na caza da <i>Bahia</i> , ou Recife, porque pelos muytos Sermões, que tem, deve haver
5	XVIII	que fãõ subditos, ou do Syndico do Recife, ou do Syndico da <i>Bahia</i> , de que daraõ conta ao Irmaõ Ministro nas vifitas, & das alfayas
6	XVIII	os Commiffarios, que o Irmão Ministro Provincial em fua aufencia deyxar em a <i>Bahia</i> , ou Pernambuco, nunca fejam actuaes Guardiães de algum Convento, & ao
7	XVIII	fido Diffinidor, succederã o Guardiaõ actual de Marim, ou da Cidade da <i>Bahia</i> , aonde os Diffinidores fe ajuntarem para fazerem Menza de Diffinição; & o
8	XVIII	farã, fe os Vogaes eftiverem já congregados na caza Capitular da Cidade da <i>Bahia</i> , & os Religiofos q̃ tem vindo em fequndo, & terceyro lugar por
9	XVIII	Prefidente do Capitulo futuro convocará todos osVogaes para a caza Capitular da Cidade da <i>Bahia</i> , paraque fe achem na tal caza tres dias antes de espirar o officio
10	XVIII	Vogaes delle legitimamente congregados neste Convento de noffo Padre S. Francifco da Cidade da <i>Bahia</i> aos tantos dias de tal mes, & anno, em a qual eleyção
11	XVIII	subrogação, todos os Diffinidores habituaes, que fe acharem dos Conventos da parteda <i>Bahia</i> , & todos os Guardiães dos Conventos sobredittos de Sergipe del Rey até o
12	XVIII	de Commiffario Provincial. 28 Congregado, os dittos Vogaes na caza Capitular da <i>Bahia</i> , fe procederã á eleyção de novo Ministro Provincial na mefma fórma, &
13	XVIII	Menza da Diffinição, eftando na Provincia: mas fe ajunta fe fizer na <i>Bahia</i> , & algum delles eftiver em Pernambuco, velè contra, neste cafo fe
14	XVIII	velè contra, neste cafo fe farã a eleyção fem aquelle que eftiver na <i>Bahia</i> , ou Pernambuco. 3 Se algum Diffinidor naõ convier com os mais na
15	XVIII	, & Diffinidores habituaes, & em falta deftes o Guardiaõ da Cidade da <i>Bahia</i> , & o da Cidade de Olinda, os quaes devem entrar na subrogação
16	XVIII	poffa ir a horas convenientes ao Convento. CAPITULO LXXII. Das idas à <i>Bahia</i> , ou Pernambuco. NEnhum Prefado, ou subdito de qualquer qualidade que feja
17	XVIII	NEnhum Prefado, ou subdito de qualquer qualidade que feja, poderã vir à <i>Bahia</i> , ou Pernambuco fem licença do Provincial, o qual lha naõ darã fem
18	XVIII	modo, que para negocios particulares dos Frades, q̃ vierem ao Convento da <i>Bahia</i> , ou Recife, nunca darã mais que tres dias, em que fenão
19	XVIII	que fahiram dos feus Conventos, & o em que partiram do Convento da <i>Bahia</i> , ou do Recife. 2 Ordenamos que os Frades mudados das cazas donde

20	XVIII	cõ a dispoziçãõ seguinte. 2 Farà hum Syndico geral em a Cidade da <i>Bahia</i> , & outro em o Recife de Pernambuco, & em poder de cada
21	XVIII	vestuario para os Frades desta Provincia; de tal forte que o Syndico da <i>Bahia</i> mãdarà buscar vestuario para habitos, tunicas, & pannos menores, & mais
22	XVIII	de actividade, & fidelidade, para affitir hum no Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & outro no do Recife. O que affitir no Convento da Bahia
23	XVIII	<i>Bahia</i> , & outro no do Recife. O que affitir no Convento da <i>Bahia</i> , terá cuydado procurar, & folicitar as esmolos dos Conventos do Rio de
24	XVIII	pedirem; para o que ordenamos que o Irmaõ Provincial constitua na Cidade da <i>Bahia</i> , & Recife Syndicos, que recebam as esmolos dos Conventos de fóra,
25	XVIII	pedir aos Procuradores. 2 O Procurador geral affim do Recife, como da <i>Bahia</i> procurará, & farà tambem os negocios do Convento, aonde morar, na
26	XVIII	jurisdicção, houver algũa, ou algũas demandas, que corram na Cidade da <i>Bahia</i> , ou de Olinda, feraõ os sobredittos Procuradores obrigados a folicitallas com toda
27	XVIII	doze tomos em os tres annos, & Guardiãõ do Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & o da Cidade de Olinda, dos livros que mandarem buscar,
28	XVIII	Convento. 2 Em a praça do Recife de Pernambuco, & Cidade da <i>Bahia</i> elegerà, & infituirá o Irmãõ Ministro Syndicos para os Convêtos de fóra,
29	XVIII	seguinte. 2 Como quer que a Enfermaria do noffo Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & a do noffo Convento de Santo Antonio do Recife feja aonde os
30	XVIII	dos mais Conventos; & affim a Enfermaria do noffo Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & a do Convento do Recife estaraõ providas actualmête com oyto colchões,
31	XVIII	Pernambuco se venham curar ao Convento do Recife, & os do destricto da <i>Bahia</i> , se venham curar ao Convento da Bahia, mandando os Guardiães outro Frade
32	XVIII	, & os do destricto da <i>Bahia</i> , se venham curar ao Convento da <i>Bahia</i> , mandando os Guardiães outro Frade com o seu enfermo, paraque no caminho
33	XVIII	enfermo, paraque no caminho cure delle. 3 O Guardiãõ do Convento da <i>Bahia</i> , ou Recife, para onde vier algum enfermo dos Conventos de fóra,
34	XVIII	se recolherem às suas cazas, o Guardiãõ do Recife, ou o da <i>Bahia</i> os applicarão a que se vão para ellas. 5 Tambem encomendamos ao Irmãõ
35	XVIII	Miffas pela alma do defunto, que os deyxou. 12 Na enfermaria da <i>Bahia</i> haverà hum Frade particular, que tenha cuydado de dizer Missa aos enfermos,
36	XVIII	huns aos outros dos Frades defuntos, feraõ obrigados os Guardiães do reconcavo da <i>Bahia</i> a avifar ao da Cidade, & o da Cidade às mais casafas do
37	XVIII	, & do Recife, & estes aos outros Conventos, & aos da <i>Bahia</i> . E adverte -fe que no outro dia depois dos finados se faça hum
38	XVIII	Antonio do Brasil. 3 Ao Commissario affitente á Terceyra Ordem da caza da <i>Bahia</i> pelo intoleravel trabalho, que actualmente tem em lhe affitir aos seus Sermões,
39	XVIII	Irmãõ Frey N. o Irmãõ Secretario autùe delle Processo juridico de inquiriçãõ especial. <i>Bahia</i> tantos de tal mez, & Era. Frey N. Provincial. I A

40	XVIII	FIM NOTICIA GERAL DESTA CAPITANIA DA BAHIA NOTÍCIA GERAL DE TODA ESTA CAPITANÍA DA <i>BAHÍA</i> DESDE O SEU DESCOBRIMENTO ATÊ O PREZ (EN) TE ANNO DE 1789
----	-------	---

Fonte: Elaboração própria. *Corpus DHPB* (2021).

É possível perceber pelo contexto sintático dos 40 (quarenta) fragmentos que se referem ao topônimo *Bahia* são gramaticalmente classificados como apostos explicativos ou estão em companhia de outros nomes geográficos (Pernambuco, Recife, etc.). Outro destaque importante para este texto é que a cidade de Salvador por muito tempo foi chamada de “Cidade da Bahia”¹⁶, como se pode ver desde Gregório de Matos (1636 – 1695) que tem um poema com o nome da cidade e explica:

Esta cidade a meu ver.
Provo a conjetura já
prontamente com um brinco:
Bahia tem letras cinco
que são B A H I A [...] (MATOS, 1998).

Para começar a discussão ortográfica sobre este <î>, o primeiro texto consultado do século XVIII abordando o assunto é o de João de Morais Madureira Feijó, em sua “Orthographia...” (1734, p. 14). O texto descreve o acento circunflexo como um sinal gráfico que transforma a vogal em *média*, explicando o uso do diacrítico: nem abre tanto a vogal como o acento agudo e nem fecha tanto quanto o grave: deixa “meio tom”. Relata que todas as vogais podem receber o acento, inclusive o <î> e o <u>. Termina por explicar que se chama “circunflexo” porque é composto pelos acentos agudo (´) e grave (˘) juntos (^) e que “faz hum tom que participa de ambos” (FEIJÓ, 1734, p. 14). Em Feijó (1734, p. 146), o autor descreve que o acento agudo não “assenta bem sobre o i”, por isso, nos casos em que o <î> for longo, alto e agudo, Feijó (1734, p. 146) usará o circunflexo (*Orthographia, Theologia, Athaide, Lucifero*, etc - grifos do original). É importante observar que o ortógrafo mantém as grafias com circunflexo em palavras gregas, tais como: *branchia* (FEIJÓ, 1734, p. 129); *cacophonía*, *macrologia* (FEIJÓ, 1734, p. 147), e *monarchia* (FEIJÓ, 1734, p. 404). O autor exemplifica, de forma breve, como o acento circunflexo é um diferenciador de homófonas; para tanto, apresenta apenas um caso: *Sé* (igreja) e *Sê* (verbo ser no imperativo afirmativo do modo indicativo - “Sê tu”) (FEIJÓ, 1734, p. 23).

A hipótese do autor aborda que o <î> de *Bahia*, acentuado, estaria classificado como uma vogal alta, longa e aguda e, por isso, seria grafado com o circunflexo.

Luís Caetano de Lima (1736) explica, em sua “Orthographia”, que o acento circunflexo pode substituir o acento agudo, como uma forma de diferenciar palavras homófonas. O autor exemplifica com o verbo *parar*, conjugado na terceira pessoa do singular no presente do

¹⁶ O mesmo fato ocorreu com “Cidade da Parahyba” que só mudou de nome no início do século XX, quando passou a se chamar “João Pessoa”.

indicativo (ele *pára*) e diferencia com a proposição *para*, cuja grafia destaca com *pâra*¹⁷ (LIMA, 1736, p. 9). O autor ressalta que o acento agudo indica vogal aberta e o circunflexo, vogal fechada. Quando vai explicar detalhadamente a vogal <i>, Lima (1736, p. 32) diz que não há diferença para som aberto ou fechado. Todavia, mais adiante, descreve que palavras terminadas em ID e IL são acentuadas com circunflexo e, curiosamente, coloca nos exemplos, *Madrid* e *Brazil* (LIMA, 1736, p. 33), ou seja, dois topônimos.

Acrescenta, ainda, nesse rol palavras que terminam em IM, IR e IZ. Lima (1736, p. 195) explica que é importante usar o circunflexo como forma de diferenciar as vogais breves e longas¹⁸ e demonstra com os vocábulos *mágoa* (vogal aberta e breve) e *magôa* (vogal longa e fechada). Neste ponto, o autor elucida a importância de explicar, não para os falantes nativos, que conhecem a dinâmica da língua, mas para os que aprendem como língua estrangeira que a pronúncia das vogais muda o sentido das palavras.

Gonçalves (1998) esclarece o pensamento de Lima (1736):

Quanto a <i>, a sua descrição resume-se praticamente a distinção entre a tonicidade e a atonicidade (i longo, i breve), o que leva Caetano de Lima a propor o acento circunflexo na tônica (Ex. Medír, Ouvír, Repetír, Caír, Brazil, Davíd; Perdíz, Matríz...p.33) e o grave nos monossílabos nasais (Fim, Sim, Rim...), para se diferenciarem dos polissílabos (Jasmím, Cherubím...) No caso dos verbos, é tônico o <i> dos participípios (Querído, Sabído...p. 38), dos pretéritos (Fogíra, Sentíra...p.38) e dos restantes tempos verbais (Fogía, Fogiría...) (GONÇALVES, 1998, p. 71).

Os dois ortógrafos, Feijó (1734) e Lima (1736), destacam que o acento é diferencial nas palavras homófonas, mas para Lima (1736), o acento fecha o som das vogais e não interfere diretamente na realização do /i/. Os dois autores relacionam o acento à duração das vogais entre longas e breves, porém enquanto Feijó (1734) ressalta que o circunflexo deixa a vogal “longa, alta e aguda”, para Lima (1736), o acento deixa a vogal “longa e fechada”.

Sendo assim, Lima (1736) postula uma hipótese permitindo inferir que *Bahía* com o <î> acentuado é justificável por ser uma vogal longa e fechada, recaindo, portanto, o acento circunflexo na tônica.

Luís António Verney (1746), em seu “Verdadeiro Método de Estudar”, que é o primeiro a dar vazão aos ideais do Iluminismo em Portugal, destaca que “nem mesmo os romanos se serviam do circunflexo” (VERNEY, 1746, p. 35), dizendo que em alguns casos o acento poderia ser usado e, no <i>, daria lugar ao “ponto de cima. Isto é o que basta”. Ou seja, para o autor, ao que parece, o acento em questão serviria para destacar a tonicidade da vogal. Portanto, mais

¹⁷ Em Borges (2020, p. 69-70), podemos ver ilustrações referentes ao filme “Você já foi à Bahia?”, de 1941, com dois tipos de traduções: uma portuguesa e uma brasileira. Nas traduções é possível perceber a grafia de Atlântico e Atlântico, do português europeu e brasileiro, respectivamente.

¹⁸ Referência direta às terminologias da gramática latina.

uma vez, poderia se explicar o acento circunflexo em *Bahia*, considerando o texto de Verney (1746), como um destaque para tonicidade da palavra.

O frei Luís do Monte Carmelo (1767), no “Prólogo Apologético” do seu “Compêndio”, destaca que o acento circunflexo é próprio do idioma português e pode ser usado apenas com as vogais <e> e <o> e não cita o uso na vogal <i>. O autor consolida o uso do acento na diferenciação de homófonas: desacêrto-desacérto, govêrno-govérno, entêrro-entérro (CARMELO, 1767, p. 81). O circunflexo, para Carmelo (1767), associa-se, em geral, ao fechamento das vogais. Portanto, para o frei carmelita, a acentuação em *Bahia* só se explicaria se fosse considerado um fechamento da vogal <i>.

Para Bacellar (1783), o acento circunflexo realça a vogal longa (BACELLAR, 1783, p. 28, 36). Sendo assim, a grafia de *Bahia* acentuada, para o autor, confirma a hipótese de vogal longa.

Em suma, esta breve discussão mostra que para alguns gramáticos e ortógrafos do século XVIII o entendimento é que o acento circunflexo atribuía certa duração à vogal <i>, por isso alguns escritores escolheram esta forma de grafia do topônimo. Naquele período anterior ao movimento de normatização e padronização da língua, a grafia era uma escolha para o autor. As discussões sobre as preferências de escritas estavam presentes nos textos dos teóricos da língua portuguesa, mas também havia o pensamento de que as escolhas de grafia eram possíveis, considerando a vertente ortográfica com que o autor mais se identificava, as quais podiam tender para a fonética ou para etimologia da escrita.

Reflexões finais: *Bahia*, *Bahias*

Este texto nos permitiu verificar algumas práticas ortográficas ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, especificamente com a grafia do topônimo *Bahia*. Foi possível averiguar a construção e a circulação do pensamento ortográfico e, a partir de alguns gramáticos e ortógrafos, averiguar as possibilidades teóricas que construíram as heterografias de *Bahia*.

Investigamos, brevemente, as grafias *Baja*, *Bahja* e *Bahia*, menos constantes no *corpus* do DHPB (2021), mas não menos interessantes. Vimos que as traduções daquilo que foi nomeado por Américo Vespúcio atravessa o tempo, tornando-se mais perene e frequente como *Bahia*, que conseguiu, em 1943, no Formulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, estabilizar seu topônimo na escrita com <h>, tal como Matos (1998), no século XVII, cristalizou em seu poema “Cidade da Bahia”.

É possível vislumbrar que a manutenção da ortografia dialoga com o “topônimo como monumento”, conforme Carvalhinhos (2022, p. 17), considerando que o povo resiste “à troca de nomes de lugares, seja por sentimento topofílico ou por mera revolta” (CARVALHINHOS, 2022, p. 14-15). A luta pela manutenção ortográfica, do topônimo *Bahia*, liderada pelo baiano Pedro Calmon, no Formulário Ortográfico nº 42 de agosto de 1943, mostra a exata bravata de

combate à topoamnésia (CARVALHINHOS, 2022, p. 15). Tal fato se evidencia no próprio documento do interventor baiano Juracy Magalhães, em 1931, à revelia da simplificação preconizada pelo Acordo Ortográfico estabelecido entre as Academias de Letras, brasileira e portuguesa, o nome do estado deveria ser mantido com a letra <h> (BORGES, 2020, p. 123). A salvaguarda ortográfica de *Bahia* pode ser resumida pelo discernimento do “topônimo como um elemento cultural a ser preservado”, já que também pode ser inscrito na categoria de “patrimônio imaterial ou inatingível”, pois é “parte da própria língua” (CARVALHINHOS, 2022, p. 17-18).

Percorremos algumas teorias que elucidaram as dúvidas no que se refere ao uso do <h> como uma reminiscência latina ou com uma função *anti-hiática*; o <j> como uma letra *ramista*, um <i> semiconsonantal, que nem tinha o som de <i> e de <y>. Era um meio termo, também herdado do latim, mesmo não sendo uma letra latina. E, ainda, examinamos o pensamento linguístico em torno de <i> com acento circunflexo (^) que acrescentava tonicidade à vogal. Porém, a deixava em *meio tom*: nem aberta como com o diacrítico agudo e nem fechada como com o circunflexo.

Por fim, verificamos que antes do período de normatização e padronização da língua, não havia um modo *certo* ou *errado* de escrever, mas sim que havia escritores adeptos de determinada vertente linguística (fonética, etimológica, sônica...) e, a partir delas, justificavam-se suas escolhas ortográficas e as diversas *Bahias* (*Bahya*, *Bahja*, *Bahia*, *Baya*, *Baia*, *Baja*, *Baía*) são um exemplo emblemático para demonstrar a profusão do pensamento linguístico ortográfico ao longo do tempo.

Referências

- AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500: quarenta documentos*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2001.
- ASSUNÇÃO, C.; KEMMLER, R.; FERNANDES, G.; COELHO, S.; FONTES, S.; MOURA, T. *As Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*. Vila Real, Portugal: Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BACELLAR, B. L. M. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza; para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma*. COMPOSTAS por Bernardo de Lima, e Me'lo Bacellar. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typ. Da Acad. Real das Sciencias. S. L., 1822
- BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e latino: Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Orthographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano;*

LINHA D'ÁGUA

Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal, D. João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau, clerigo regular, Doutor na Sagrada Theologia, Pregador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & calificador no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. v. 2. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5439>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

BORGES, P. A. *Ortografia e norma: os efeitos das reformas ortográficas em alguns topônimos brasileiros*. 2020. 1 recurso online (232 p.) Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640469>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BURKE, P. *Languages and Communities in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARDEIRA, E. *O Essencial sobre a História do Português*. Lisboa: Caminho, 2006. Disponível em: https://filologiauefs.files.wordpress.com/2015/03/cardeira_esperanc3a7a_o_essencial_sobre_a_hisc3b3ria_do_portuguc3aas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

CARMELO, L. M. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portugueza : accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. 772 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

CARVALHINHOS, P. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): Combatendo o apagamento toponímico. *apropos [Perspektiven auf die Romania]*, n. 8, p. 14–30, 26 jul. 2022.

CHARTIER, R.; FEIST, H. *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COATES, R. Names and Historical Linguistics. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.] Oxford University Press, 2016. p. 525–539.

CORPUS Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB). Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador. 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador. 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

EISENSTEIN, E. L. *A Revolução da cultura impressa os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FELLOWS-JENSEN, G. Names and History. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.] Oxford University Press, 2016. p. 513–524.

FEIJÓ, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo...* - Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734.

GAMMELTOFT, P. Names and Geography. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.]: Oxford University Press, 2016. p. 502–512.

GANDAVO, P. M. *Regras que ensinam a maneira de escreuer a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma língua*. Lisboa: na officina de Antonio Gonsaluez, 1574. - [36] f.; 8º (16 cm).

GOMES, L. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2ª edição, 17ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013.

GONÇALVES, M. F. Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no Século XVIII (D. Luís Caetano de Lima). *Biblos (Coimbra)*, v. 67, p. 263-273, 1991.

GONÇALVES, M. F. *As Ideias Ortográficas em Portugal: da Etimologia à Reforma (1734-1911)*. Orientador: Prof. Dr. Jorge Morais Barbosa. 1998. 752 p. Tese para obtenção de título de Doutor (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Universidade de Évora, Évora, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11066>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HARVALÍK, M. Appellativisation and propriation. The gateways between the appellative and propriation spheres of language. In: FELECAN, O. (ed.). *Name and Naming: Synchronic and Diachronic Perspectives*. [s.l.]. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, 2012. 10–17.

HERNÁNDEZ CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. (Eds.). *The handbook of historical sociolinguistics*. Chichester, West Sussex; Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

KEMENADE, A. VAN; LOS, B. (Eds.). *The handbook of the history of English*. Malden; Oxford: Blackwell Pub, 2006.

LEÃO, D. N. *Orthographia da lingua portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião*. Em Lisboa: per João de Barreira, 1576. 83 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

LIMA, L. C. *Orthographia da Lingua Portugeza*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidro da Fonseca, 1736. 250 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

MATOS, G. *Seleção de Obras Poéticas*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000119.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NASCENTES, A. Origem das letras. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 5, p. 111 – 120, 1964.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Em Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536.

RUTTEN, G.; VANDENBUSSCHE, W.; VOSTERS, R. *Norms and Usage in Language History, 1600-1900*. Filadélfia: John Benjamins, 2014.

MORAES SILVA, A. *Epitome da Grammatica Portugeza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas de relevo? Conceitos para o Ensino de Geografia. *Revista de Ciências Humanas*, [S. l.], v. 1, n. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11840>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VAN LANGENDONCK, W.; VAN DE VELDE, M. Names and Grammar. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.]: Oxford University Press, 2016. p. 17-38.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal./ Exposto em varias cartas, escritas polo[sic] R. P. * * * Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Universidade de Coimbra; Tomo primeiro [-segundo]. - Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746. - 2 vol. ([12], 322, [6] p.) ([4], 300, [4] p.) ; 4º (21 cm)*. Disponível em: <http://purl.pt/118/4/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VESPUCCI, A.; BUENO, E. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo, SP: Editora Planeta do Brasil, 2003.